

GranEnergia Investimentos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
GranEnergia Investimentos S.A.
Macaé - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GranEnergia Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GranEnergia Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Leandro Basto Pereira
Contador CRC RJ115543/O-6

GranEnergia Investimentos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo		<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	33.507	54
Contas a receber de terceiros	7	28.654	44
Contas a receber de partes relacionadas	8	32.761	-
Empréstimos concedidos a terceiros		3.361	-
Imposto de renda, contribuição social a recuperar	9	3.755	2.809
Outros impostos a recuperar	10	1.910	805
Outros créditos		<u>1.170</u>	<u>639</u>
Total do ativo circulante		<u>105.118</u>	<u>4.351</u>
Não circulante			
Empréstimos concedidos a terceiros		2.461	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	8	-	5.358
Mútuo com partes relacionadas	8	330.969	173.666
Depósitos judiciais		725	643
Direito de uso		756	-
Imobilizado	11	122	76
Outros créditos		<u>184</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante		<u>335.217</u>	<u>179.743</u>
Total do ativo		<u>440.335</u>	<u>184.094</u>

Passivo		<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante			
Empréstimos	12	28.364	-
Fornecedores		13.782	830
Contas a pagar com partes relacionadas	8	246.898	11.965
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	348	314
Obrigações tributárias	14	8.249	3.514
Salários e encargos sociais a pagar	15	7.243	647
Arrendamento		<u>477</u>	<u>-</u>
Total do passivo circulante		<u>305.361</u>	<u>17.270</u>
Não circulante			
Empréstimos	12	5.728	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	10.735	9.650
Obrigações tributárias	14	52.160	47.322
Salários e encargos sociais a pagar	15	2.893	3.302
Mútuo com partes relacionadas	8	37.677	56.976
Arrendamento		<u>76</u>	<u>-</u>
Total do passivo não circulante		<u>109.269</u>	<u>117.250</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16	87.288	87.288
Prejuízo acumulado		<u>(61.583)</u>	<u>(37.714)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>25.705</u>	<u>49.574</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>440.335</u>	<u>184.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	17	97.120	178
Custo dos serviços prestados	18	<u>(84.940)</u>	<u>(17)</u>
Lucro bruto		<u>12.180</u>	<u>161</u>
Receita (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(10.453)	(2.185)
Outros resultados	20	<u>-</u>	<u>38.021</u>
		<u>(10.453)</u>	<u>35.836</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		<u>1.727</u>	<u>35.997</u>
Resultado financeiro líquido			
Despesa financeira		(31.808)	(13.382)
Receita financeira		6.212	10.275
	21	<u>(25.596)</u>	<u>(3.107)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	1	<u>-</u>	<u>(243)</u>
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		<u>(23.869)</u>	<u>32.647</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(23.869)</u>	<u>32.647</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(23.869)</u>	<u>32.647</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	87.288	135	(16.518)	(53.978)	16.927
Lucro do exercício	-	-	-	32.647	32.647
Absorção de reserva de capital	19 -	-	16.518	(16.518)	-
Absorção de reserva legal	19 -	(135)	-	135	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	87.288	-	-	(37.714)	49.574
Prejuízo do exercício	-	-	-	(23.869)	(23.869)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.288	-	-	(61.583)	25.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas	(23.869)	32.647
Ajustes ao lucro do exercício:		
Depreciação e amortização	20	19
Resultado de equivalência patrimonial	-	243
Juros de empréstimos	509	1.546
Baixa de impostos a recuperar	-	544
Direito de uso	(203)	-
Variação cambial	15.127	-
Desconto obtido em empréstimos	-	(38.020)
	(8.416)	(3.021)
Variação em:		
Contas a receber de terceiros	(28.610)	2.500
Contas a receber de parte relacionadas	(30.621)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(946)	(112)
Outros impostos a recuperar	(1.105)	(98)
Outros créditos	(715)	(622)
Depósitos judiciais	(82)	(382)
Fornecedores	12.952	657
Contas a pagar com partes relacionadas	33.837	(8.387)
Salários e encargos a pagar	6.187	4.041
Imposto de renda, contribuição social	1.119	2.476
Obrigações tributárias	9.573	1.479
Outras contas a pagar	-	(325)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	1.589	1.227
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(6.827)	(1.794)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Mútuos concedidos para partes relacionadas	(165.458)	(67.806)
Recebimento de mútuos concedidos para partes relacionadas	8.587	326
Aquisição de ativo imobilizado	(66)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(156.937)	(67.480)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	35.163	-
Pagamento principal sobre empréstimos	(2.314)	(1.300)
Juros pagos	(552)	(560)
Mútuos tomados com partes relacionadas	183.767	76.396
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	(18.847)	(15.864)
Empréstimos tomados com partes relacionadas	-	10.417
Caixa líquido usados nas atividades de financiamentos	197.217	69.089
Aumento / (redução) líquido nas disponibilidades	33.453	(185)
Saldo de caixa e equivalente no final do exercício	33.507	54
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	54	239
Redução líquida nas disponibilidades	33.453	(185)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A GranEnergia Investimentos S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Estrada Hildebrando Alves Barbosa, S/N, parte KM ST S.J. e Itaparica - CEP: 27.963-506, cidade de Macaé - RJ, constituída com o objetivo de investir em outras sociedades, realizar atividades de gerenciamento, planejamento e/ou execução de serviços relacionados à exploração de petróleo e gás em geral e atividades de navegação de apoio e agenciamento marítimo.

Até 15 de julho de 2022 e 22 de setembro de 2022, a Companhia era responsável pelos contratos de afretamento e operação das embarcações CSS Olympia I (“Olympia”) e CSS Venus (“Venus”), respectivamente, a operação consistia na gestão e manutenção das unidades fornecendo apoio logístico, suprimentos, tripulação e apoio de base. As embarcações Olympia e Venus eram afretadas da Stratus Energy B.V. (“Stratus”), parte relacionada da Companhia.

Encerrados os contratos acima citados em 2022, as operações das embarcações Olympia e Venus passaram a ser executadas pela sua parte relacionada Gran Energies S.A. (“Gran Energies”).

Em julho de 2023, visando a redução dos saldos entre partes relacionadas, a Companhia decidiu vender as cotas de sua controlada, MTO Real Estate Participações EIRELI (“MTO RE”), à Stratus e, com este movimento liquidou R\$ 38.339 de seu contas a pagar junto à Stratus. Até julho de 2023 a MTO RE tinha apresentado prejuízo no exercício de R\$ 243, o qual está reconhecido como resultado de equivalência patrimonial da Companhia.

A Companhia optou em não apresentar a consolidação para os exercícios de 2024 e 2023, pois não possui investimentos em outras Companhias no encerramento de cada exercício. Em relação a 2023, como citado anteriormente, houve a venda da controlada MTO RE que possuía resultado do exercício imaterial de R\$ 243, ou seja, sem impacto relevante para apresentar a demonstração do resultado consolidada.

Ainda em 2023, com o mesmo objetivo de redução de saldos entre partes relacionadas foi gerada uma cessão de dívida entre a Companhia, a Stratus e a GranInvestimentos S.A. (“GranInvestimentos”), onde transferiu o empréstimo de R\$ 21.010 e o saldo de faturas no valor de R\$ 63.999 para a GranInvestimentos, reduzindo o saldo de partes relacionadas entre as empresas.

Em setembro de 2023, foi gerada nova cessão de dívida, agora entre a Companhia, a Travessia Securitizadora (“Travessia”) e a GranInvestimentos S.A. onde foi transferido o saldo de R\$ 11.651 do empréstimo junto à Travessia para a GranInvestimentos, também com o objetivo de reduzir os saldos de partes relacionadas entre as empresas.

Em 27 de fevereiro de 2024, a Companhia foi subcontratada pela Stratus para prestar serviços de gestão e manutenção da embarcação Venus, com previsão de operação até fevereiro de 2026, neste formato não existe a relação de afretamento entre as partes.

Com o intuito de operar um contrato de uma unidade W2W junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em 01 de março de 2024 a Companhia e a Camorim Serviços Marítimos Ltda (“Camorim”) se juntaram e constituíram um consórcio de operação conjunta “joint operation”, denominado GC Operações Marítimas (GC Operações), sendo 50% de participação da Companhia e 50% da Camorim. Em 19 de abril de 2024 o consórcio assinou contrato de prestação de serviços para a operação da unidade Polaris para uma campanha de 650 dias com possibilidade de renovação, o contrato não prevê o afretamento da unidade.

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia celebrou contrato de afretamento e operação do navio Olympia junto a cliente Modec, com previsão de operação até 27 de junho de 2025. A partir de então a Stratus passou a afretar o navio Olympia para a Companhia com o mesmo prazo do cliente.

A Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 61.582 (R\$ 37.714 em 2023). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 23.869 (lucro de R\$ 32.647 em 2023). O prejuízo do exercício de 2024 ocorreu principalmente devido às despesas financeiras, sendo R\$ 15.652 relativos a variação cambial sobre os saldos com a partes relacionadas Stratus e R\$ 9.613 de juros e multas sobre parcelamentos de impostos e provisão de encargos sobre impostos em aberto.

A Administração da Companhia, em seu plano de gestão de liquidez, conseguiu concretizar em anos anteriores a renegociação dos impostos em aberto junto a PGFN e também a realização dos ativos mantidos para venda. A Administração afirma que o equilíbrio do capital circulante líquido estará restabelecido durante o exercício de 2025 com geração de fluxo de caixa operacional, visto que em 2024 a Companhia voltou a fazer a gestão e manutenção das duas embarcações, desta forma, não apresentando incertezas que coloquem em dúvida sobre a continuidade das operações da Companhia.

Além destas medidas, a Administração da Companhia conta com o comprometimento financeiro do seu acionista controlador para o suporte das suas necessidades de caixa para honrar os compromissos registrados em seu passivo circulante.

Adicionalmente, o principal saldo a pagar registrado no passivo circulante é de R\$ 246.898 mil com a Stratus Energy B.V. (“Stratus”), que possui os mesmos acionistas finais da Companhia. Se necessário, em eventual necessidade de caixa da Companhia, a Stratus não irá efetuar a cobrança do saldo devedor, sendo assim, a Companhia teria fluxo de caixa pelos próximos 12 meses.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo aquelas indicadas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em 28 de abril de 2025 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras e o consequente envio à Assembleia Ordinária para aprovação dos acionistas.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, premissas e julgamentos. As estimativas, julgamentos e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não houve informações sobre incertezas sobre premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente com o exercício anterior.

a. Instrumentos financeiros

O CPC 48 Instrumentos financeiros estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros mensurados pelo VJR

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Passivos financeiros

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada, e quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida

no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros:	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

c. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

O CPC 48 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Não houve perdas materiais estimadas pela Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo imobilizado.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidade geradora de caixa). O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia não identificou indicativo de *impairment* para 31 de dezembro de 2024 e 2023.

d. Receita operacional

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados, apurados mensalmente e o valor da prestação de serviços é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.

e. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados contempla de forma geral todos os custos diretamente relacionados com a prestação de serviços, sendo compostos basicamente por gastos com afretamento e por mão de obra cuja composição são de custos com salários, benefícios e encargos dos profissionais diretamente relacionados com a prestação do serviço.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

(iii) Definição de arrendamento

No início do contrato, A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se o um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(iv) Arrendamento em que a Companhia é arrendatária

Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos com base em sua avaliação se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

Em 2024, a Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O afretamento e seus aditivos da embarcações Olympia são arrendamentos inferiores a 12 meses e, portanto, de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O mesmo entendimento se dá ao afretamento da embarcação Polaris pela consorciada GC Operações.

h. Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, não houve necessidade de constituição de provisões para as contingências.

i. Operação em conjunto (Joint operation)

Arranjos de negócios que não envolvem a criação de uma entidade separada, significa que as partes envolvidas compartilham diretamente os ativos e passivos relacionados à operação, sem a necessidade de formar uma nova entidade legal.

Em uma joint operation, as partes do arranjo possuem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos do arranjo. Não há a criação de uma nova pessoa jurídica, e as partes reconhecem diretamente em seus próprios balanços patrimoniais sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas.

4 Mudanças nas políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 para todos os exercícios apresentados.

5 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

B. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos (i)	6.140	53
Aplicação financeira (ii)	27.367	1
	<u>33.507</u>	<u>54</u>

- (i) Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários que são movimentados para pagamentos e recebimentos das operações da Companhia, além de aplicação financeira.
- (ii) A aplicação financeira CDB pós fixada a 100% do CDI, classificada em curto prazo, possui carência máxima de três meses da data da aplicação para o resgate e é utilizada na gestão das obrigações imediatas.

7 Contas a receber de terceiros

	2024	2023
Modec Serviços de Petróleo do Brasil	24.723	39
Camorim Serviços Marítimos S.A.	7	5
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	3.924	-
	<u>28.654</u>	<u>44</u>

Cronograma dos recebíveis

A seguir estão apresentados os vencimentos dos recebíveis:

	2024	2023
A vencer	28.647	-
Vencido até um ano	2	-
Vencido acima de um ano	5	44
	<u>28.654</u>	<u>44</u>

Os saldos a receber com os clientes Modec e Petrobras foram realizados em seus respectivos vencimentos em 2025, desta forma evidenciando a não necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

Adicionalmente, a exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados aos clientes é divulgada na Nota explicativa nº 23.

8 Partes relacionadas

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Stratus Energy B.V. (i)	32.761	(246.898)	-	(11.965)
GranInvestimentos S.A. (ii)	324.340	-	172.791	-
MTO Real Estate Participações EIRELI (ii)	1.003	-	875	-
Gran Energies S.A. (ii)	-	(36.781)	-	(56.976)
MRO Serviços Logísticos S.A. (iii)	-	-	5.358	-
Camorim (iv)	5.178	-	-	-
GC Operações (v)	448	(896)	-	-
	<u>363.730</u>	<u>(284.575)</u>	<u>179.024</u>	<u>(68.941)</u>
Circulante	32.761	(246.898)	-	(11.965)
Não circulante	330.969	(37.677)	179.024	(56.976)

- (i) O saldo acima contém: (a) saldo ativo são faturas de prestação de serviços de operação da UMS Venus. (b) saldo passivo de faturas de serviços tomados de afretamento onde não há incidência de juros e garantias, sendo o prazo de vencimento 5 dias após o recebimento financeiro dos clientes terceiros da Companhia. Em 2023 a Companhia não registrou custos com serviços de afretamento;
- (ii) Valores referentes a mútuos da Companhia com suas partes relacionadas, para uso de capital de giro das Companhias. Não há incidência de juros, garantias e o prazo de vencimento está estipulado em contrato. Vide quadro de movimentação dos mútuos, o qual evidencia a movimentação recorrente dos recursos sendo recebidos e pagos no decorrer do exercício.
- (iii) Valor referente a empréstimo concedido até então para a parte relacionada, sendo que em 2024 a MRO foi vendida, havendo a reclassificação do saldo para a rubrica de empréstimos concedidos a terceiros com montante atualizado de R\$ 5.822, sendo R\$ 3.361 no ativo circulante e R\$ 2.461 no ativo não circulante.
- (iv) Saldo de 50% do mútuo entre o consórcio GC Operações e sua consorciada Camorim.
- (v) (a) Ativo: saldo do mútuo entre a Companhia e o consórcio GC Operações. (b) Saldo de 50% do mútuo entre o consórcio GC Operações e a Companhia.

Abaixo apresentamos a movimentação líquida das operações entre partes relacionadas:

	Contas a receber	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	173.666	(11.965)	(56.976)	
Serviços tomados	-	-	(46.735)	-	
Pagamentos de serviços tomados	-	-	12.898	-	
Serviços prestados	30.621	-	-	-	
Variação cambial não realizada	2.140	-	(15.981)	-	
Mútuos concedidos	-	165.458	-	-	
Mútuos recebidos	-	(8.155)	-	-	
Mútuos tomados	-	-	-	(184.663)	
Mútuos pagos	-	-	-	18.847	
Cessões de débito/crédito para partes relacionadas	-	-	(185.115)	185.115	
Movimentação líquida	32.761	157.303	(234.933)	19.299	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32.761	330.969	(246.898)	(37.677)	
Circulante	32.761	-	(246.898)	-	
Não circulante	-	330.969	-	(37.677)	
	Contas a receber	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Empréstimo
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	227.911	(124.224)	(15.111)	(10.593)
Serviços tomados	-	-	(173)	-	-
Pagamentos de serviços tomados	-	-	8.560	-	-
Mútuos concedidos	-	62.448	-	-	-
Mútuos recebidos	-	(326)	-	-	-
Mútuos tomados	-	-	-	(76.396)	-
Mútuos pagos	-	-	-	15.864	-
Empréstimos tomados	-	-	-	-	(10.417)
Empréstimos concedidos	-	-	-	-	5.358
Baixa por encontro de contas - venda MTO RE (i)	-	-	38.339	-	-
Cessões de débito/crédito para partes relacionadas (ii)	-	(116.861)	65.533	18.667	21.010
Constituição de saldo a receber - MTO RE	-	494	-	-	-
Movimentação líquida	-	(54.245)	112.259	(41.865)	15.951
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	173.666	(11.965)	(56.976)	5.358

Operações que afetam o resultado dos exercícios:

	2024	2023
Receita operacional líquida		
Stratus Energy B.V. – serviços prestados	22.586	-
Custo dos serviços prestados		
Stratus Energy B.V. - afretamento	(28.931)	-
Resultado financeiro		
Stratus Energy B.V. – variação cambial	(14.371)	9.897

Remuneração de diretores e pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores da Companhia, totalizou R\$ 984 (não houve remuneração de pessoal-chave da administração durante o exercício de 2023). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) salário no valor de R\$ 400 ; (ii) bônus no valor de R\$ 500 e (iii) outros benefícios no valor de R\$ 84, como plano de saúde e tickets.

9 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2024	2023
IRPJ pago a maior	2.614	1.851
CSLL pago a maior	1.141	958
	<u>3.755</u>	<u>2.809</u>

A variação dos impostos a recuperar foi de R\$ 946, desse montante R\$ 673 é retenção de IRPJ e R\$ 140 é retenção de CSLL, ambas sobre as notas da Petrobrás do consórcio GC Operações. Os impostos a recuperar remanescentes estão sendo atualizados pela SELIC.

10 Outros impostos a recuperar

	2024	2023
PIS e COFINS a compensar (a)	508	721
Outros (b)	1.402	84
	<u>1.910</u>	<u>805</u>

- (a) Movimentação de 2024 é referente à atualização pela SELIC e compensações pontuais.
- (b) Composto principalmente pela retenção contratual de INSS sobre as notas fiscais da Petrobrás do consórcio GC Operações.

11 Imobilizado

(i) Movimentação do custo

	Taxa a.a	Custo inicial	2024				Deprec. acum.	Valor líquido	2023
			Adições	Baixas	Transf.	Custo			Valor Líquido
Computadores e periféricos	20%	2.070	12	-	-	2.082	(2.045)	37	37
Móveis e utensílios	10%	741	18	-	-	759	(711)	48	36
Máquinas e equipamentos	10%	12	36	-	-	48	(11)	37	3
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	239	-	-	-	239	(239)	-	-
		<u>3.062</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.128</u>	<u>(3.006)</u>	<u>122</u>	<u>76</u>

	Taxa a.a	Custo inicial	2023				Deprec. acum.	Valor líquido	2022
			Adições	Baixas	Transf.	Custo			Valor Líquido
Computadores e periféricos	20%	2.070	-	-	-	2.070	(2.033)	37	49
Móveis e utensílios	10%	741	-	-	-	741	(705)	36	42
Máquinas e equipamentos	10%	12	-	-	-	12	(9)	3	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	239	-	-	-	239	(239)	-	-
		<u>3.062</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.062</u>	<u>(2.986)</u>	<u>76</u>	<u>95</u>

(ii) Movimentação da depreciação

	Taxas depreciação %a.a.	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024
Computadores e periféricos	20%	(2.033)	(12)	-	-	(2.045)
Móveis e utensílios	10%	(705)	(6)	-	-	(711)
Máquinas e equipamentos	10%	(9)	(2)	-	-	(11)
Benfeitoria em imóveis terceiros	20%	(239)	-	-	-	(239)
		<u>(2.986)</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.006)</u>

	Taxas depreciação %a.a.	2022	Adições	Baixas	Transf.	2023
Computadores e periféricos	20%	(2.021)	(12)	-	-	(2.033)
Móveis e utensílios	10%	(699)	(6)	-	-	(705)
Máquinas e equipamentos	10%	(8)	(1)	-	-	(9)
Benfeitoria em imóveis terceiros	20%	(239)	-	-	-	(239)
		<u>(2.967)</u>	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.986)</u>

12 Empréstimos

	Encargos	Vencimento	2024	2023
Banco Daycoval (a)	1,52% a.m.	10.01.2025	18.699	-
Banco Daycoval (b)	9,46% a.a.	01.04.2026	15.393	-
			34.092	-
Circulante			28.364	=
Não circulante			5.728	=

- (a) Empréstimo de capital de giro de curto prazo, tomado em moeda nacional, o qual foi liquidado em seu vencimento.
(b) Antecipação de 50% dos contratos de cessão fiduciária em garantia de direitos creditórios da Petrobras para o contrato da GC Operações, tendo como devedores solidários a própria Companhia e Camorim. A captação foi atrelada ao dólar e possui impacto de variação cambial mensal.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades financiamento, as quais podem ou não impactar o caixa da Companhia.

<i>Em milhares de Reais</i>	Empréstimos e financiamentos
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação de empréstimos	35.163
Pagamento de principal de empréstimos	(2.314)
Pagamento de juros de empréstimos	(552)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	32.297
Outras variações	
Variação cambial	1.286
Juros sobre empréstimos	509
Total das outras variações	1.795
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.092
<i>Em milhares de Reais</i>	Empréstimos e financiamentos
Saldo em 1º de janeiro de 2023	11.965
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Cessão de dívida para partes relacionadas (i)	(11.651)
Pagamento de principal de empréstimos	(1.300)
Pagamento de juros de empréstimos	(560)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(13.511)
Outras variações	
Juros sobre empréstimos	1.546
Total das outras variações	1.546
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

(i) A dívida com a Travessia foi cessionada à GranInvestimentos em setembro de 2023, a qual não impactou o caixa da Companhia.

Cláusula restritiva (covenants)

A Companhia não possuía covenants operacionais e financeiros vinculados aos seus empréstimos e financiamentos.

13 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	2024	2023
Imposto de renda	8.119	7.299
Contribuição social	<u>2.964</u>	<u>2.665</u>
	<u>11.083</u>	<u>9.964</u>
Circulante	348	314
Não circulante	10.735	9.650

14 Obrigações tributárias

	2024	2023
ICMS a recolher	1.530	558
ISS a recolher	2.447	1.861
PIS e COFINS a recolher	53.167	46.138
Outros impostos federais a recolher	2.149	1.060
Parcelamento impostos federais	<u>1.116</u>	<u>1.219</u>
	<u>60.409</u>	<u>50.836</u>
Circulante	8.249	3.514
Não circulante	52.160	47.322

15 Salários e encargos sociais a pagar

	2024	2023
Salários e ordenados a pagar	5.164	-
INSS sobre salários a recolher	4.972	3.949
	<u>10.136</u>	<u>3.949</u>
Circulante	7.243	647
Não circulante	2.893	3.302

A Companhia não apresentou saldos de provisão de férias, INSS e FGTS em 2023 pois todos os funcionários estavam na Gran Energies, a partir de março de 2024 os funcionários foram migrados para a GranEnergia novamente.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 87.288 (R\$ 87.288 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 87.287.998 (oitenta e sete milhões e duzentos e oitenta e sete e novecentos e noventa e oito ações ordinárias), totalmente subscritas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro	Capital subscrito e integralizado	
	2024	2023
Acionistas		
Stratus Energy B.V.	87.288	87.288
	<u>87.288</u>	<u>87.288</u>

Em 10 de julho de 2023 todas as ações da Companhia foram vendidas a Stratus Energy B.V.

b. Reserva legal

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social.

Em 30 de novembro de 2023 foi realizado um ato societário deliberando sobre a destinação da reserva legal para prejuízos acumulados, desta forma não existe saldo ao final do exercício de 2023.

17 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita bruta de serviços - mercado interno	83.876	201
Receita bruta de serviços - mercado externo	22.586	-
Deduções		
(-) Cofins	(6.375)	(15)
(-) Pis	(1.384)	(4)
(-) ISS	<u>(1.583)</u>	<u>(4)</u>
Receita operacional líquida (a)	<u>97.120</u>	<u>178</u>

- (a) O aumento da receita foi em virtude da transferência dos contratos operacionais da Gran Energies S.A. para a GranEnergia a partir de fevereiro de 2024 e a composição dos 50% do consórcio GC Operações.

18 Custo dos serviços prestados

	2024	2023
Serviços tomados	(61.417)	-
Pessoal	(20.773)	(17)
Materiais	(2.363)	-
Viagens	(387)	-
Custo dos serviços prestados (a)	(84.940)	(17)

- (a) O aumento dos custos devido à transferência dos contratos operacionais citada na nota explicativa nº 17. Cerca de R\$ 46.735 dos serviços tomados é referente ao afretamento da Olympia e da Polaris.

19 Despesas administrativas

	2024	2023
Despesas de pessoal (a)	(6.521)	(20)
Serviços de terceiros (b)	(2.994)	(1.356)
Despesa com ocupação	(10)	(159)
Despesas com viagens	(69)	(3)
Outras despesas (c)	(859)	(647)
Despesas administrativas	(10.453)	(2.185)

- (a) Aumento em despesas de pessoal devido a transferência dos funcionários da Gran Energies S.A., visto que as operações com as embarcações foram transferidas para a Companhia.
- (b) Em 2024 compreendem, basicamente, despesas com advogados no valor de R\$ 394 (R\$ 1.051 em 2023, sendo R\$ 900 referentes às tratativas do acordo com a PGFN), consultorias no valor de R\$ 1.578 e serviços de informática no valor de R\$ 713.
- (c) Em 2024 refere-se, principalmente, confraternizações no valor de R\$ 212, afretamentos no valor de R\$ 225 e tributos e taxas no valor de R\$ 181. Em 2023 refere-se à baixa do crédito de IRPJ 2014, no valor de R\$ 544.

20 Outros resultados

	2024	2023
Outros resultados (a)	-	38.021
	-	38.021

- (a) Em 2023 refere-se ao resultado gerado a partir do acordo de parcelamento dos impostos federais junto a PGFN, assinado em junho de 2023 onde foi obtida a isenção total dos encargos moratórios referentes ao atraso.

21 Resultado financeiro líquido

Despesas financeiras	2024	2023
Despesas bancárias	(21)	(2)
I.O.F.	(113)	-
Encargos sobre empréstimos (a)	(799)	(2.876)
Variação cambial (b)	(21.124)	-
Juros e multas (c)	(9.613)	(10.504)
Outras despesas financeiras	(138)	-
	<u>(31.808)</u>	<u>(13.382)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos s/ aplicações financeiras	130	267
Descontos obtidos	52	-
Variação cambial (d)	5.467	9.897
Outras receitas financeiras	563	111
	<u>6.212</u>	<u>10.275</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(25.596)</u></u>	<u><u>(3.107)</u></u>

- (a) Em 2024, os encargos com empréstimos e financiamentos, R\$ 799 são compostos por R\$ 211 referente a antecipação de recebíveis da MODEC junto ao banco Daycoval e R\$ 588 referente à 50% dos empréstimos da GC Operações também junto ao banco Daycoval. (R\$ 2.800 em 2023 referem-se a juros remuneratórios dos contratos: (a) R\$ 1.254 com a parte relacionada Stratus; (b) R\$ 1.546 com financiamento da Travessia, ambos transferidos à GranInvestimentos via cessões de dívidas assinadas entre as partes em julho e setembro de 2023, respectivamente).
- (b) Do total de R\$ 21.124 de variação cambial, R\$ 18.006 são relativos provisão de variação cambial sobre as faturas a pagar para a Stratus e R\$ 2.592 sobre o empréstimo com o Daycoval, sendo o montante de R\$ 526 relativos a variação cambial realizada nos pagamentos para a Stratus.
- (c) Em 2024, os juros e multas referem-se principalmente a atualização de encargos financeiros sobre os parcelamentos de impostos.
- (d) Do total de R\$ 5.467 de receita de variação cambial, R\$ 2.140 são relativos à provisão de variação cambial sobre as faturas a receber da Stratus, R\$ 1.309 sobre o empréstimo com o Daycoval e R\$ 2.018 são variação cambial realizada sobre as faturas recebidas da Stratus.

22 Imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício e conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação entre a alíquota nominal e efetiva do imposto sobre a renda e da contribuição social do exercício de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(23.869)	32.647
Alíquota nominal combinada - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	8.115	(11.100)
(+) Adições - itens permanentes		
Participação nos resultados	(107)	-
Outros custos e despesas dedutíveis	(33)	(185)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(82)
(+) Adições - itens temporários		
Provisão de bônus	(569)	-
Variação cambial não realizada	(5.863)	-
Outras adições temporárias	(74)	-
(-) Exclusões - itens temporários		
Arrendamentos	143	-
Variação cambial temporária	-	31
(-) Exclusão de desconto de multa e juros sobre impostos	-	12.927
Acúmulo de IRPJ/CSLL sobre prejuízo fiscal	1.612	1.591

O saldo de prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2024 na Companhia é de R\$ 44.357 (R\$ 39.611 em 31 de dezembro de 2023) e correspondem a base de tributos diferidos ativos que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não estão registrados no balanço patrimonial da Companhia devido à ausência de projeções de lucros tributáveis futuros que suportem o reconhecimento.

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadro abaixo:

	2024		2023	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	33.507	33.507	54	54
Contas a receber de terceiros	28.654	28.654	44	44
Contas a receber de partes relacionadas	32.761	32.761		
Mútuo com partes relacionadas	330.969	330.969	173.665	173.665
Passivos				
Fornecedores	13.782	13.782	828	828
Contas a pagar com partes relacionadas	246.898	246.898	11.965	11.965
Empréstimos e financiamentos	34.092	34.092	-	-
Mútuo com partes relacionadas	37.677	37.677	56.976	56.976

Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço patrimonial. A Companhia não detém instrumentos financeiros mensurados pelos níveis 2 e 3.

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez; e

Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos que através de uma avaliação periódica para que as atividades nas quais se assumem riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente do contas a receber de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente, pelas características individuais dos clientes. Contudo, a Administração considera o sistema de gestão dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual novos clientes são analisados individualmente quanto a sua condição financeira antes da Companhia apresentar sua proposta financeira e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e referências bancárias.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores). A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

A Companhia atua de forma coordenada com visão integrada de sua gestão de caixa visando cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Na tabela abaixo está demonstrado o fluxo de vencimento dos passivos financeiros:

2024	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 Anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	13.782	13.782	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	246.898	246.898	-	-
Mútuo com partes relacionadas	37.677	-	-	37.677
Outras contas a pagar	553	553	-	-
	<u>298.910</u>	<u>261.233</u>	<u>-</u>	<u>37.677</u>

2023	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 Anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	830	757	73	-
Contas a pagar com partes relacionadas	11.965	11.965	-	-
Mútuo com partes relacionadas	56.976	-	-	56.976
	<u>69.771</u>	<u>12.722</u>	<u>73</u>	<u>56.976</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como o efeito que as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Administração da Companhia monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado.

Os ativos e passivos expostos à variação cambial do Dólar Americano estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Contas a pagar com partes relacionadas	(246.898)	(11.965)
Empréstimos	(15.393)	-
Total	(262.291)	(11.965)

Análises de sensibilidade

A análise de sensibilidade sobre as taxas de câmbio com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir, considerando a variação da cotação do dólar para conversão em 31 de dezembro de 2024, que foi de R\$ 6,1923 (R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023) por US\$ 1,00 (Um Dólar Americano):

Exposição sobre taxas de câmbio	Saldo contábil em 2024	25%	50%	(25%)	(50%)
Passivos	(262.291)	(65.573)	(131.146)	65.573	131.146
Exposição no resultado do exercício	-	(65.573)	(131.146)	65.573	131.146

Gerenciamento do capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

* * *

Composição da Diretoria

Miguel de Almeida Gradin
Diretor-presidente

Contador

Cabrera Consulting Assessores Contábeis Ltda.
.CRC-RJ-009584/F-9
Vicente Pinheiro de Lima
CRC-SP 290166/O-0